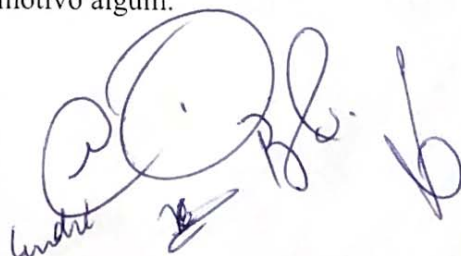


5ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA
"EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA"
CNPJ 00.506.497/0001-14

CEZAR OSMAR CELESKI, brasileiro, maior, casado no regime de comunhão parcial de bens, comerciante, residente e domiciliado em São Bento do Sul, SC., à Rua Wigando Rogério Diener, nº 75, portador da Carteira de Identidade nº 21ªR/ 4.516.241, expedida pela SSP/PR em 01/09/1998, inscrito no CPF sob nº 404.989.649-49, **JOSÉ CARLOS CELESKI**, brasileiro, maior, casado no regime de comunhão universal de bens, comerciante, residente e domiciliado em São Bento do Sul- SC., à Rua Augusto Wunderwald, nº 2.395, Bairro Centenário, portador da Carteira de Identidade sob nº 2.092.999, expedida pela SSP/PR em 01/12/1998, inscrito no CPF sob nº 321.863.479-20; **RAFAEL OLICES CELESKI**, brasileiro, maior, casado no regime de comunhão parcial de bens, comerciante, residente e domiciliado em São Bento do Sul- SC., à Rua Alberto Malschitzky, nº 764, Bairro Progresso, portador da Carteira de Identidade nº 4.535.985, expedida pela SESP/SC em 09/02/2010, inscrito no CPF sob nº 532.665.529-20 e **LUIZ ADALBERTO CELESKI**, brasileiro, maior, casado, no regime de comunhão parcial de bens, comerciante, residente e domiciliado em São Bento do Sul-SC., à Estrada Rio Negro, nº 999, Centro portador da Carteira de Identidade nº 3.453.826-3, expedida pela SSP/PR em 07/06/1983, inscrito no CPF sob nº 562.601.729-15; Únicos sócios componentes da sociedade limitada denominada "**EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA**", estabelecida em São Bento do Sul, SC., à Rua Marechal Floriano, nº 22, 1º Andar, Centro, inscrita no CNPJ sob nº 00.506.497/0001-14, devidamente registrada na JUCESC sob nº 42201986145, na sessão do dia 15/03/1995, 1ª Alteração Contratual registrada sob nº 20000682756, na sessão do dia 10/07/2000, 2ª Alteração Contratual registrada sob nº 20010525718, na sessão do dia 09/07/2001, 3ª Alteração Contratual registrada sob nº 20050065769 na sessão do dia 13/01/2005 e 4ª Alteração Contratual registrada na JUCESC sob nº 20071366407 na sessão do dia 11/05/2007 e filial registrada sob NIRE 42900765016, inscrito no CNPJ 00.506.497/0002-03; Resolvem de comum acordo, alterar seu Contrato Social primitivo e demais alterações com entrada e saída de sócios, conforme cláusulas a seguir:

PRIMEIRA – Retiram-se da sociedade os sócios: **Luiz Adalberto Celeski**, acima qualificado, que transfere por venda a totalidade de suas 41.250 (Quarenta e Um mil e Duzentos e Cinquenta) quotas, no valor de R\$ 41.250,00 (Quarenta e Um Mil, Duzentos e Cinquenta Reais) ao sócio ingressante, **ANDRÉ FELIPE CELESKI**, brasileiro, maior, solteiro, nascido em 12/11/1993, empresário, residente e domiciliado à Estrada Rio Negro, nº 999, Bairro Rio Negro, em São Bento do Sul, SC, CEP: 89287-070, portador da Carteira de Identidade nº 4.799.598 expedida pela SESP/SC em 11/05/2007 e inscrito no CPF nº 091.709.639-83 e **José Carlos Celeski**, acima qualificado, que transfere por venda a totalidade de suas 41.250 (Quarenta e Um mil e Duzentos e Cinquenta) quotas no valor de R\$ 41.250,00 (Quarenta e Um Mil, Duzentos e Cinquenta Reais), à sócia ingressante, **BRUNA LUANA CELESKI**, brasileira, maior, solteira, natural de Araucária, PR, nascida em 20/05/1988, empresária, residente e domiciliada à Rua dos Pinus, nº 300, Bairro Trigolândia, Piên, PR, CEP: 83.860-000, portadora da Carteira de Identidade nº 4.793.126-4 expedida pela SESP/PR em 27/06/2000 e inscrita no CPF nº 066.071.489-21, dando aos mesmos, plena, geral, rasa e irrevogável quitação das quotas ora vendidas, nada mais podendo reclamar em qualquer época por motivo algum.



SEGUNDA - Em função das alterações havidas, o capital social da empresa fica assim distribuído:

SÓCIOS	QUOTAS	%	CAPITAL
Cezar Osmar Celeski	41.250	25,00	41.250,00
André Felipe Celeski	41.250	25,00	41.250,00
Rafael Olices Celeski	41.250	25,00	41.250,00
Bruna Luana Celeski	<u>41.250</u>	<u>25,00</u>	<u>41.250,00</u>
SOMA	165.000	100,00	165.000,00

Tendo em vista, as deliberações supra, resolvem os sócios consolidar o Contrato Social, o qual passa a vigorar conforme segue;

CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA "EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA"
CNPJ : 00.506.497/0001-14

DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETIVO, INÍCIO E PRAZO.

PRIMEIRA - A Sociedade gira sob a denominação de "**EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA**"

SEGUNDA - A Sociedade tem sua sede em São Bento do Sul - SC., à Rua Marechal Floriano, nº 22, 1º Andar, Centro;

§ 1º - A sociedade pode criar ou estabelecer filiais em qualquer parte do território nacional, onde julgar conveniente aos interesses sociais, destinando-lhes parcelas de capital social para efeitos fiscais.

§ 2º - A sociedade possui filial, em São Bento do Sul, SC – 89.290-000, na Avenida dos Imigrantes, nº 1314, Bairro Brasília.

TERCEIRA - A sociedade tem por objeto a exploração do ramo de: "**EDIÇÃO DE JORNAIS, EDIÇÃO DE PERIÓDICOS, AGENCIA DE PUBLICIDADE E EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO**".

QUARTA - A Sociedade será por prazo indeterminado e iniciou suas atividades em 15 de Março de 1995;

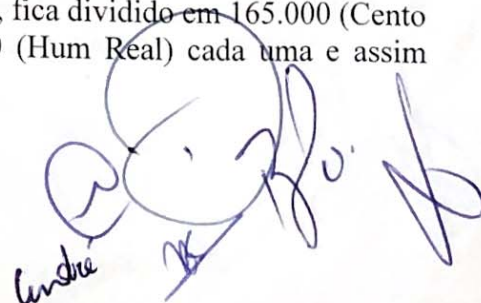
DO CAPITAL SOCIAL E DAS QUOTAS

QUINTA - O Capital Social é de R\$ 165.000,00 (Cento e Sessenta e Cinco Mil Reais).

§ 1º - Para a Filial fica destacado um Capital de R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais);

SEXTA - O Capital Social totalmente subscrito e integralizado, fica dividido em 165.000 (Cento e Sessenta Mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (Hum Real) cada uma e assim distribuídas:

André



SÓCIOS	QUOTAS	%	CAPITAL
Cezar Osmar Celeski	41.250	25,00	41.250,00
André Felipe Celeski	41.250	25,00	41.250,00
Rafael Olices Celeski	41.250	25,00	41.250,00
Bruna Luana Celeski	41.250	25,00	41.250,00
SOMA	165.000	100,00	165.000,00

§ 1º - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

§ 2º - Os sócios são obrigados ao cumprimento da forma e prazo previstos para a integralização de suas quotas e aquele que deixar de fazê-lo deverá ser notificado imediatamente e no prazo de 30 (trinta) dias da notificação pela sociedade, responderá perante esta pelo pagamento de mora.

§ 3º - Verificada a mora, poderá, por decisão majoritária dos demais sócios, tomarem para si ou transferirem para terceiros a quota do sócio remisso, excluído o primitivo titular e devolvendo-lhe o que houver pago, deduzidos os juros da mora, as prestações não cumpridas e mais despesas, se houver.

§ 4º - As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

SÉTIMA – Os sócios participam dos lucros e perdas na proporção das respectivas quotas.

§ Único – Os sócios são obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, mesmo aquelas autorizadas no contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

DA ADMINISTRAÇÃO

OITAVA – A administração da sociedade será exercida, pelo sócio **Sr. Cezar Osmar Celeski** que assinará individualmente pela empresa.

§ 1º - O administrador terá os poderes gerais para praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade, a assinatura individual, tem obrigação da sociedade perante terceiros.

§ 2º - O administrador receberá um pró-labore mensal, fixado de comum acordo pelos sócios, no início de cada exercício social, respeitando as normas fiscais vigentes e os seus limites.

§ 3º - É vedado ao administrador fazer uso da firma na prestação de garantia, fiança, aval ou qualquer outro título de favor, em negócios estranhos ao objeto social.

§ 4º - O administrador responde solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho de suas funções.

Câmara Municipal de São Bento do Sul
CONFERE COM O DOCUMENTO ORIGINAL
São Bento do Sul, ____/____/____

Djoni C. Pinheiro
Portaria nº 033/2019

§ 5º - Fica facultado ao administrador, nomear procuradores, para um período determinado que nunca pode exceder a um ano, devendo o instrumento de procuração especificar os atos a serem praticados pelo procurador assim nomeado.

NONA – Nos quatros primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, o administrador é obrigado a prestar aos sócios, contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o inventário, bem como o balanço patrimonial e o de resultado econômico.

DAS REUNIÕES

DÉCIMA – As deliberações dos sócios, são tomadas em reunião, devendo ser convocadas pelos administradores.

§ 1º - O anúncio de convocação para reunião será publicado por três vezes, ao menos, devendo mediar, entre a data da primeira inserção e a da realização da assembléia, o prazo mínimo de oito dias para a primeira convocação, e de cinco dias para as posteriores.

§ 2º - As publicações serão feitas no órgão oficial do Estado ou da União, conforme o local da sede da sociedade, e em jornal de grande circulação.

§ 3º - Dispensa-se às formalidades de convocação previstas nos parágrafos antecedentes, quando todos os sócios comparecerem ou declararem, por escrito, estar cientes do local, data, hora e ordem do dia.

§ 4º - A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que será objeto dela.

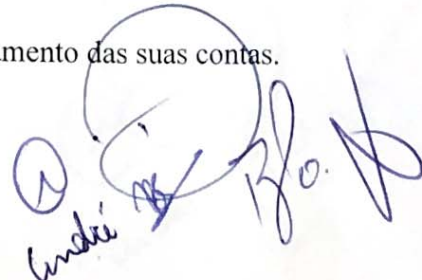
§ 5º - Realizada a reunião, dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões, ata assinada pelos sócios participantes e cópia da ata autenticada pelos administradores, ou pela mesa, será, apresentada ao Registro Público de Empresas Mercantis, para arquivamento e averbação.

§ 6º - A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo três quartos do capital social, e, em segunda, com qualquer número.

DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS

DÉCIMA PRIMEIRA – Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas em Lei ou no contrato:

- a) – Aprovação das contas da administração.
- b) – A designação dos administradores, quando feita em ato separado.
- c) – A destituição dos administradores.
- d) – O modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato.
- e) – A modificação do contrato social.
- f) – A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação.
- g) – A nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas.

A handwritten signature in blue ink is written over a circular stamp. The stamp contains some illegible text and a central emblem. The signature appears to be 'André' followed by a flourish.

h) – o pedido de recuperação judicial.

§ 1º – As deliberações dos sócios serão tomadas:

- I – Pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nas letras “e” e “f”.
- II – Pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nas letras “b”, “c”, “d” e “h”.
- III – Pela maioria dos presentes, nos demais casos previstos no contrato ou na lei.

§ 2º – As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor da quota de cada um.

§ 3º – As deliberações tomadas de conformidade com o presente contrato e ao amparo da lei vinculam todos os sócios, ainda que ausentes ou dissidentes.

RETIRADA, MORTE, OU EXCLUSÃO DE SÓCIO.

DÉCIMA SEGUNDA – Cabe ao sócio que desejar ceder suas quotas ou retirar-se da sociedade comunicar aos demais, por escrito com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas.

§ Único – *Se nenhum dos sócios usarem do direito de preferência, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, tem o sócio cedente a liberdade de transferir a sua quota a terceiro.*

DÉCIMA TERCEIRA – O falecimento de qualquer dos quotistas não dissolverá a sociedade, que continuará com os herdeiros do de cujus, salvo se os sócios remanescentes optarem pela dissolução da mesma.

§ 1º – *Até que se ultime, no processo de inventário, a partilha dos bens deixados pelo de cujus, incumbirá ao inventariante, para todos os efeitos legais, a representação ativa e passiva dos interessados perante a sociedade.*

§ 2º – *Os herdeiros, através de seu inventariante ou representante legal, poderão retirar-se da sociedade.*

DÉCIMA QUARTA – Pode o sócio ser excluído, quando a maioria dos sócios, representando mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos graves e que configurem justa causa.

§ 1º – *A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.*

André B. J.

§ 2º - Será também de pleno direito excluído da sociedade o sócio declarado falido, ou aquele cuja quota tenha sido liquidada para o pagamento de credor particular do sócio.

§ 3º - No caso de retirada, morte ou exclusão de sócios ou dissolução da sociedade, o valor das quotas, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á com base na situação patrimonial da sociedade, verificada em balanço especialmente levantado, à data da resolução, e seus haveres lhe serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a apuração do valor.

DÉCIMA QUINTA – A retirada, exclusão ou morte do sócio, não o exime, ou a seus herdeiros, das responsabilidades pelas obrigações sociais anteriores, até dois anos após averbada a resolução da sociedade.

DO EXERCÍCIO SOCIAL, RESEVAS, DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

DÉCIMA SEXTA – O exercício social iniciar-se-á no dia 01 de Janeiro e terminará no dia 31 de Dezembro do mesmo ano, devendo, o administrador, nesta ocasião prestar contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração das demonstrações financeiras exigidas em lei, que não precisarão ser arquivadas perante o Registro do Comércio ou publicadas.

§ 1º - Do lucro apurado, depois de deduzida a provisão para o imposto de renda, o remanescente terá a destinação que for atribuída pelos sócios representando a maioria do Capital Social, em reunião que para tal finalidade deverão realizar. Ocorrendo prejuízos, serão compensados com resultados positivos futuros, com lucros acumulados ou absorvidos pelo Capital Social, com sua conseqüente redução, nos termos da lei. Os sócios participarão nos resultados proporcionalmente a participação social de cada um.

§ 2º - Podem os sócios deliberar a distribuição desproporcional dos lucros, desde que com a aprovação dos que tiverem suas participações nos lucros reduzidas em virtude da referida deliberação.

§ 3º - A Sociedade poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias, proceder com apuração contábil mensal de lucro e distribuir lucros apurados a qualquer tempo, observadas as limitações legais, e ainda distribuir lucros com base nos lucros acumulados ou reservas de lucros constantes do último balanço patrimonial.

§ 4º - Não poderão eventuais credores dos sócios, mesmo na hipótese de insuficiência de bens dos mesmos, fazer recair a execução sobre o que a estes couber nos lucros da Sociedade, ou parte que lhe tocar em liquidação.

DISPOSIÇÕES FINAIS

DÉCIMA SÉTIMA – O administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de

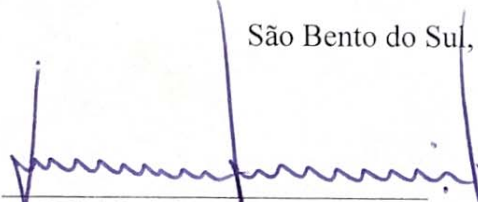
condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade. (Art. 1.011, § 1º, CC/2002).

DÉCIMA OITAVA – A sociedade constituída será regida por este contrato social, pelo Código Civil de 2002, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, pelas normas aplicadas as sociedades limitada definidas nos artigos 1.052 e seguintes e com a Regência Supletiva da Lei 6.404/76, conforme faculta o § 1º do artigo 1.053 da Lei 10.406, para avaliação e escrituração contábil e demonstrações contábeis/financeiras, onde então, será aplicado a Regência Supletiva dos artigos; 8º, para as avaliações, arts. 176 a 191 para a escrituração e demonstrações contábeis financeiras e arts. 224 e 225 para as situações de fusão cisão ou incorporação.

DÉCIMA NONA – As partes, de comum acordo, elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul, SC., renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer dúvida que possa emergir deste documento.

E por estarem, assim, justos e contratados, assinam o presente em 3 (Três) vias de igual teor e forma.

São Bento do Sul, SC., 22 de Março de 2013.

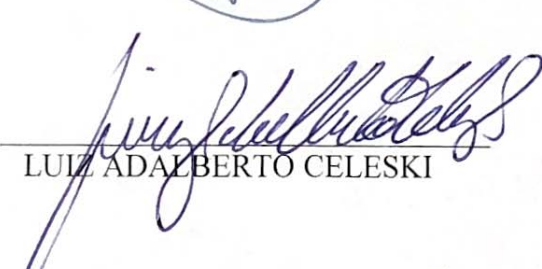

CEZAR OSMAR CELESKI

Sócio Administrador


RAFAEL OLICES CELESKI

Sócio Quotista


LUIZ ADALBERTO CELESKI


JOSÉ CARLOS CELESKI


ANDRÉ FELIPE CELESKI

Sócio quotista

FIRMA
SÃO BENTO
DO SUL - SC
RECONHECIDA


BRUNA LUANA CELESKI

Sócia Quotista



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CERTIFICO O REGISTRO EM: 19/06/2013 SOB Nº: 20131199110

Protocolo: 13/119911-0, DE 14/05/2013

Empresa: 42 2 0198614 5
EDITORA GAZETA DO NORTE LTDA


BLASCO BORGES BARCELLOS
SECRETÁRIO GERAL

TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTOS DE SÃO BENTO DO SUL - SC
R. JORGE LACERDA, 191 - CENTRO - SÃO BENTO DO SUL - SC - CEP: 89.704-120 - FONE: (51) 3633.4113
www.cartorisbs.com.br - Horário de Funcionamento: 8:30-12:00 e 13:30-18:00
FELIPE URIEL FELIPE TOLEVA - TABELIONATO

Reconheço e dou fé por VERDADEIRA a(s) firma(s) de:
BRUNA LUANA CELESKI
São Bento do Sul-SC, 09/05/2013 Em testemunho da verdade.
Emol.: 2,25-Selo: 1,35-Total: R\$ 3,60
JEANE C. PACHECO ESCRIVENTE
Selo fiscalização do Tipo NORMAL nº DAH20875-EJEC
Confira os dados do ato em selo.tjsc.jus.br

Tabelionato de Notas e Protestos
Comarca de S. Bento do Sul - SC
Hugo L. C. de Souza
Escrivente Autorizado